

Construir *Um Teto Todo Seu*: as condições para a historiografia de autoria feminina

Building A Room of One's Own: the conditions for female-authored historiography

Ana Clara do Carmo Clemente*

Resumo: Este artigo articula as reflexões de Virginia Woolf, sobretudo as desenvolvidas em *Um Teto Todo Seu* (2014 - original de 1929), com os estudos da historiografia para investigar a exclusão feminina na produção do conhecimento histórico. O artigo realiza uma análise bibliográfica para demonstrar como as condicionantes propostas por Woolf operaram na escrita da história. Argumenta-se que a metáfora do “teto” transcende o âmbito literário, oferecendo uma chave analítica potente para compreender a lateralização das mulheres na historiografia oficial. A conclusão salienta que o diálogo entre a obra de Woolf e a historiografia de autoria feminina fortalece os fundamentos para uma escrita da história comprometida com a perspectiva de gênero.

Palavras-chave: Virginia Woolf; História das Mulheres; Historiografia.

Abstract: This article articulates Virginia Woolf's reflections, particularly those developed in *A Room of One's Own* (2014 — originally published in 1929), with historiographical studies to investigate the exclusion of women from the production of historical knowledge. The article conducts a bibliographic analysis to demonstrate how the conditions proposed by Woolf operated within the writing of history. It is argued that the 'room' metaphor transcends the literary realm, offering a powerful analytical key to understanding the sidelining of women in official historiography. The conclusion highlights that the dialogue between Woolf's work and female-authored historiography strengthens the foundations for a history writing committed to a gender perspective.

Keywords: Virginia Woolf; Women's History; Historiography.

Introdução

O que separa a irmã de Shakespeare, gênio anônima imaginada por Virginia Woolf (1882-1941), de uma historiadora do século XIX? Talvez o mesmo que separava uma mulher de uma biblioteca universitária ou de uma renda própria: um portão, uma regra, uma estrutura. Este artigo investiga como a metáfora do *teto* — a condição material e simbólica para a criação proposta por Woolf em seu ensaio *Um Teto Todo Seu* (2014 –

* Mestranda em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria da História e Educação (GEPETHE), da Universidade Católica de Petrópolis. E-mail: historianacc@gmail.com

original de 1929) — oferece uma chave para a compreensão acerca da exclusão das mulheres como produtoras do conhecimento histórico.

Partimos da premissa woolfiana de que a criação intelectual — seja ela ficcional ou historiográfica — não é um ato puramente do “gênio”, mas uma prática condicionada também por questões materiais, como uma renda fixa e um lugar próprio. A metáfora do *teto* transcende, assim, o âmbito literário para manifestar-se também nas condições para a produção do conhecimento. Este artigo propõe-se a criar um diálogo entre as propostas de Woolf e as amarras diagnosticadas pela autora que impediam a autoria literária feminina, conjuntamente às reflexões acerca da produção historiográfica de autoria feminina, investigando como o mecanismo de exclusão identificado por Woolf na literatura operou na construção da escrita histórica, relegando as mulheres a um não-lugar social e acadêmico, onde suas narrativas foram consideradas “amadoras” (Smith, 2003) e suas interpretações, descartadas.

Para atingir tal objetivo, o texto encontra-se dividido em duas partes. A primeira aborda uma breve biografia e historicização da vida Woolf, compreendendo como tais contextos influenciaram sua escrita; nessa parte, fazemos também a análise do texto principal para este artigo: *Um Teto Todo Seu* (Woolf, 2014). A segunda parte propõe-se a apresentar um panorama da escrita da história, levando em conta os diferentes paradigmas que influenciaram a historiografia, mas que sistematicamente excluíram as mulheres — as quais aparecem aqui justamente para confrontar a ideia de que a narrativa histórica foi construída apenas por homens.

Ao percorrer tal caminho, não apenas ressaltamos a crítica de Virginia Woolf, mas também a ressignificamos como uma chave analítica para compreender os silêncios impostos na historiografia. Trata-se, portanto, de um duplo exercício: erguer, com as palavras de Woolf, uma análise sobre as condicionantes que possibilitaram tais exclusões, ao mesmo tempo em que ressaltamos mulheres que contribuíram para a historiografia de diferentes formas e que foram lateralizadas por uma tradição historiográfica. Dessa forma, este estudo visa demonstrar como a obra de Woolf oferece um instrumental crítico para questionar as estruturas que silenciaram vozes e para reconhecer aquelas que atravessaram essas barreiras.

A escrita woolfiana: uma análise de *Um Teto Todo Seu*

Virginia Woolf, nascida Adeline Virginia Stephen, foi uma escritora, ensaísta e editora britânica, nascida em 25 de janeiro de 1882 na região de Kensington, em Londres. Vinda de uma família de classe média, seu pai, Leslie Stephen, era crítico literário, escritor e historiador. Podemos considerar que a formação de Stephen teve uma importância fundamental na vida intelectual de Woolf, já que ela não pôde frequentar escolas ou universidades devido às restrições e dificuldades de acesso à educação formal. Aos 13 anos, em 1895, perdeu a mãe e, nos anos seguintes, perdeu a meia-irmã (1897), o pai (1904) e o irmão (1906), eventos que impactaram tanto sua vida quanto sua escrita.

Suas obras incluem *A Viagem* (1915), *O Quarto de Jacob* (1922), *Mrs. Dalloway* (1925), *Ao Farol* (1927), *Orlando* (1928), *Um Teto Todo Seu* (1929), *As Ondas* (1931), *Flush* (1933), além de resenhas, ensaios e biografias. Woolf é considerada uma das principais figuras do modernismo britânico e, junto com James Joyce (1882-1941), trouxe o uso do fluxo de consciência para suas narrativas, explorando os pensamentos e emoções de suas personagens em uma perspectiva formal até então inexistente na literatura.

Nascida durante a Era Vitoriana, marcada por uma:

moralidade convencional, de grandes famílias em que o pai era uma espécie de chefe divino, e a mãe, uma criatura submissa [...] A moralidade rígida, o caráter sagrado da vida em família eram devidos em grande parte ao exemplo da própria rainha Vitória, e sua influência indireta sobre a literatura, assim como sobre a vida social, foi considerável (Burguess, 1996, p. 215).

É como se Woolf tivesse experienciado um turbilhão de mudanças sociais e políticas, pois, se ainda vivenciou um período que apresentava continuidades deste conservadorismo, também vivenciou os movimentos de contestação de uma ordem desigual e patriarcal. Neste sentido, testemunhou o surgimento dos movimentos sufragistas na Inglaterra, mobilizados em defesa do direito feminino ao voto e ao reconhecimento de sua atuação no âmbito da vida pública. Ela também presenciou a consolidação desses movimentos no século XX, com diversas manifestações e figuras importantes, como Emmeline Pankhurst (1858-1928). Esses acontecimentos reverberaram na escrita de Woolf, que traz as mulheres e sua emancipação como temas presentes em grande parte de suas obras.

Além disso, sua obra seria marcada pelos acontecimentos históricos que fariam o século XX ser caracterizado como a “era dos extremos” (Hobsbawm, 1995), extremos estes engendrados pelo avanço das disputas imperialistas, pelo desenvolvimento tecnológico e pelo imperativo da racionalidade técnica no ocidente. Segundo Hobsbawm, trata-se de:

[...] uma Era de Catástrofe. Durante quarenta anos, ela foi de calamidade em calamidade. Houve ocasiões em que mesmo conservadores inteligentes não apostariam em sua sobrevivência. Ela foi abalada por duas guerras mundiais [...] os imensos impérios coloniais erguidos durante a Era do Império foram abalados e ruíram em pó (Hobsbawm, 1995, p. 16).

Essa experiência de catástrofe fez com que Woolf vivesse sob a expectativa de futuro enquanto constante ameaça, fato que resultou no ensaio publicado em 1940, intitulado *Pensamentos de Paz Durante um Ataque Aéreo*. A autora, que já lutava contra a depressão, foi significativamente afetada pelo clima de guerra. Em 1941, ela cometeu suicídio.

Este breve panorama histórico ajuda-nos a compreender como os temas das guerras e seus efeitos, da industrialização, da opressão sofrida pelas mulheres e suas lutas por direitos, do peso da tradição da era vitoriana, da ascensão de ideais extremistas, como o fascismo, e da mudança nos valores sociais fazem-se profundamente presentes em sua escrita.

Da extensa e complexa obra de Virginia Woolf, é nosso objetivo destacar o livro *Um Teto Todo Seu*, publicado em 1929. Trata-se do desdobramento de uma palestra que a escritora britânica ministrou em duas faculdades femininas na Inglaterra, cujo tema era “As mulheres e a ficção”. Ora, como citado anteriormente, ela viveu um período em que ainda se experienciava os efeitos sociais e políticos do conservadorismo vitoriano, ao passo que as mulheres se organizavam para tensionar a estrutura da dominação patriarcal. Neste sentido, as lutas femininas já haviam conquistado, de maneira ainda fortemente restrita, o direito de frequentarem as instituições de educação formal e de participarem de novas discussões. Woolf reconhece essa transição no livro, afirmando que: “[n]enhuma época pode ter sido tão consciente do sexo, de forma tão aguda, como a nossa [...], [e] a campanha pelo sufrágio, sem dúvida, teve parte nisso” (Woolf, 2014, p. 140).

Neste livro, destaca-se o objetivo de Woolf de mostrar como o papel social atribuído às mulheres ao longo da história criava limitações que interferiam diretamente na escrita feminina. No primeiro capítulo, nos é apresentada a personagem Mary Benton, uma escritora, convidada a fazer uma palestra sobre mulheres e ficção, que decide ir a uma biblioteca universitária para realizar a pesquisa necessária à produção do texto da palestra. No entanto, ela é barrada na entrada, pois apenas acompanhada de um estudante graduado ou com uma carta de apresentação em mãos poderia entrar e utilizar o espaço. A partir desse episódio, ela começa a refletir sobre o local patriarcal em que se encontra, falando principalmente sobre as diferenças entre as oportunidades para os homens e para as mulheres e como isso se constitui como um impedimento da escrita e autoria feminina:

Tudo o que eu poderia fazer seria dar-lhes a minha opinião sob um ponto de vista mais singelo: uma mulher precisa ter dinheiro e um teto todo seu, um espaço próprio, se quiser escrever ficção; e isso, como vocês verão, deixa sem solução o grande problema da verdadeira natureza da mulher e da verdadeira natureza da ficção (Woolf, 2014, p. 12).

É importante destacar como Woolf, de forma concisa e direta, questiona em uma única frase a ideia de “gênio” criador, atribuindo ao conhecimento e à criação literária, também, a dimensão da arte, em seu sentido etimológico, como técnica e como trabalho. Ou seja, não se trata de ausência de faculdades intelectuais ou de inexistência de potência criadora, mas da configuração de uma ordem social, da realidade material da forma e como se apresenta: para homens, de uma forma, para mulheres, de outra.

No capítulo seguinte, a personagem continua se questionando:

Por que os homens bebem vinho e as mulheres, água? Por que um sexo é tão próspero e o outro, tão pobre? Que efeito tem a pobreza sobre a ficção? Quais as condições necessárias para a criação de obras de arte? – milhares de perguntas se insinuaram ao mesmo tempo. Mas era preciso respostas, não perguntas (Woolf, 2014, p. 41-42).

A partir desses questionamentos, Mary decide ir ao Museu Britânico pesquisar. Nesse momento, apenas encontra fontes escritas por homens sobre as mulheres: “[p]ara onde se olhasse, os homens pensavam sobre as mulheres, e pensavam diversamente” (Woolf, 2014, p. 47). Ela ainda fala sobre os escritos de um professor que inferiorizava as mulheres, fazendo uma observação importante acerca da busca pela superioridade masculina:

É possível que, quando o professor insistiu de forma um pouco enfática na inferioridade das mulheres, ele estivesse preocupado não com a inferioridade delas, mas com sua própria superioridade. [...] Por isso a enorme importância para o patriarcado de ter de conquistar, ter de governar, de achar que um grande número de pessoas, metade da raça humana, na verdade, é por natureza inferior. Deve ser realmente uma das principais fontes de seu poder (Woolf, 2014, p. 53-54).

Woolf também é enfática ao trazer as questões de gênero relacionadas com as questões de classe e como ambas interferem na possibilidade de produção intelectual e artística feminina:

[...] É notável a mudança de humor que uma renda fixa consegue causar. Nada no mundo pode tirar de mim as quinhentas libras que me pertencem. Comida, casa e vestimentas são minhas para sempre. Portanto, não somente cessam o esforço e o trabalho, mas também o ódio e a amargura. Não preciso odiar homem nenhum; eles não podem me fazer mal. Não preciso bajular homem nenhum; eles não têm nada para me dar (Woolf, 2014, p. 58).

O impedimento de frequentar os lugares de produção de conhecimento, a predominância masculina na produção de textos sobre as mulheres e as condições econômicas femininas são, assim, destacadas na obra de Woolf como alguns dos principais elementos que haviam definido a relação entre as mulheres e a ficção.

Sem encontrar uma resposta consolidada para seus questionamentos, no terceiro capítulo, a personagem Mary Benton continua formulando mais perguntas, como “[q]uais eram as condições em que as mulheres viviam?” (Woolf, 2014, p. 63). Ela reflete sobre o apagamento das mulheres na história, afirmando que

[e]m hipótese alguma as mulheres de classe média com nada a seu favor além de cérebro e caráter poderiam ter feito parte de qualquer um dos grandes movimentos que, todos reunidos, constituem a visão do historiador sobre o passado (Woolf, 2014, p. 67-68).

A “irmã de Shakespeare” também é criada neste momento do livro. Essa metáfora busca expressar a ideia de que mesmo que uma mulher tivesse o talento do poeta, tanto as barreiras sociais quanto a falta de acesso à educação impediriam-na de desenvolver sua escrita. Para Woolf, a independência financeira e um quarto próprio são essenciais para a produção intelectual feminina, e a “irmã de Shakespeare” — assim como a maioria das mulheres ao longo da história — não teria essas condições.

No quarto capítulo, ela cita os poemas de Lady Winchilsea (1661-1720) e os analisa, comparando-os com textos de Margaret de Newcastle (1623-1673), reiterando que ambas pertenciam a famílias nobres. Aphra Behn (1640-1689) também tem sua escrita analisada, sendo ela uma das primeiras mulheres a ganhar dinheiro com a escrita. Além disso, Woolf continua apontando como a classe social interfere nessas condições, mas reiterando que, mesmo com uma “maior facilidade”, essas mulheres ainda continuavam sendo ignoradas e não eram consideradas dignas de reconhecimento pelos pares — notadamente masculinos. Por fim, ela reflete sobre como as condições de uma sociedade marcada pela construção da ideia de inferioridade feminina interferiram na produção de escritoras como Jane Austen, as irmãs Brontë e George Eliot (pseudônimo de Mary Ann Evans):

Não se pode deixar de entreter, por um momento, a hipótese do que teria acontecido se Charlotte Brontë tivesse acesso a, vamos dizer, trezentas libras por ano [...] ela sabia melhor do que ninguém que sua genialidade seria enormemente beneficiada se não tivesse sido desperdiçada em visões solitárias de campos distantes; se lhe tivessem concedido experiência, comunicação e viagens. Mas isso não lhe foi concedido; foi contido, e precisamos aceitar o fato de que todos aqueles bons romances, *Villette*, *Emma*, *O Morro dos Ventos Uivantes*, *Middlemarch*, foram escritos por mulheres com a experiência de vida que era permitida dentro da casa de um clérigo respeitável; escritos também na sala de estar daquela casa respeitável, e por mulheres tão pobres que não tinham condições de comprar mais que alguns cadernos de papel almaço por vez para escrever *O Morro dos Ventos Uivantes* ou *Jane Eyre* (Woolf, 2014, p. 102).

Mary, em determinado ponto da narrativa, explora prateleiras de obras de sua contemporaneidade, ou seja, do século XX, e observa um crescimento no número de escritas de autoria feminina sobre diversos temas, como arqueologia grega, biografias, história, filosofia, ciências e economia, reconhecendo a mudança das oportunidades para a escrita feminina. A obra é finalizada no sexto capítulo, onde Mary — e Woolf, que retoma a narração — refletem sobre a importância de as mulheres terem acesso a condições financeiras dignas e um teto todo seu, condições estas essenciais para a produção literária, além de ressaltarem a relevância das mulheres do passado para que as do presente possam conquistar mais direitos:

A liberdade intelectual depende de coisas materiais. A poesia depende da liberdade intelectual. E as mulheres sempre foram pobres, não só por duzentos anos, mas desde o começo dos tempos. As mulheres gozam

de menos liberdade intelectual do que os filhos dos escravos atenienses. As mulheres, portanto, não tiveram a mais remota chance de escrever poesia. É por isso que dei tanta ênfase ao dinheiro e ao espaço próprio. No entanto, graças à labuta das mulheres obscuras do passado [...] esses males estão prestes a ser corrigidos. Não fosse assim, vocês não estariam aqui esta noite, e a sua chance de ganhar quinhentas libras por ano, por mais precária que ainda seja, seria extremamente minúscula (Woolf, 2014, p. 151-152).

Por fim, Woolf, trazendo as mulheres do passado, transita entre o presente do passado — falando às suas companheiras contemporâneas — e o presente do futuro — falando às mulheres do nosso tempo — criando, assim, uma ponte através do tempo por meio das palavras, incentivando-as ao estudo e à escrita: “Se dependesse de mim e há milhares como eu –, vocês escreveriam livros de viagens e aventuras, pesquisas e bolsas de estudo, história e biografia, crítica, filosofia e ciência” (Woolf, 2014, p. 153). Ela também reconhece as oportunidades disponíveis para as mulheres quando o livro foi escrito — no século XX — como maior abertura para o acesso das meninas às escolas, às universidades; o direito ao voto e a maior independência, finalizando com uma mensagem esperançosa sobre as possibilidades do nosso futuro:

[...] acredito que se vivermos por mais um século – estou falando da vida comum que é a vida real, não das vidinhas isoladas que levamos como indivíduos – e tivermos quinhentas libras por ano e um espaço próprio; se cultivarmos o hábito da liberdade e a coragem de escrever exatamente o que pensamos [...] então a oportunidade surgirá, e a poeta morta que era a irmã de Shakespeare encarnará no corpo que tantas vezes ela sacrificou. Extraindo sua vida da vida das desconhecidas que foram suas antepassadas, como seu irmão fez antes dela, ela nascerá. Quanto à sua vinda sem essa preparação, sem esse esforço de nossa parte, sem a certeza de que, quando ela renascer, poderá viver e escrever sua poesia, isso não podemos esperar, porque seria impossível. Mas insisto que ela virá se trabalharmos por ela, e que esse trabalho, seja na pobreza, seja na obscuridade, vale a pena (Woolf, 2014, p. 158-159).

Ao longo do ensaio, Woolf busca responder, por meio de Mary Benton, que pode ser considerada seu alter ego, uma (não tão) simples pergunta: do que precisa uma mulher para escrever literatura? E a resposta não seria nada além de quinhentas libras por ano e um teto todo seu.

É fundamental, para as reflexões que buscamos tecer neste artigo, a forma que Virgínia Woolf dá à sua narrativa, entrelaçando narrativa histórica e narrativa ficcional. Entendemos que a forma não é um elemento apartado do conteúdo, mas que a obra se constitui por meio da relação intrínseca e indissociável entre essas duas dimensões do

texto. Neste sentido, não só o tema do qual fala, mas também a forma com que o faz apontam para as relações entre a história e a ficção literária, uma vez que a escrita puramente racional ou científica parece não dar conta da dimensão e profundidade do problema abordado: as mulheres e a ficção. Além disso, como demonstrado anteriormente, Woolf enfatiza a impossibilidade de pensar a autoria feminina sem incluir as mulheres do passado que, no entanto, não estão lá encerradas, mas se fazem presentes para que essa mesma autoria seja possível.

A partir desses aspectos, a próxima seção busca refletir, justamente, sobre a autoria de mulheres na escrita histórica. Isso porque, entendendo que toda produção historiográfica se dá a partir de um *lugar social* (Certeau, 1982), entendemos também, assim como Woolf, que pensar as condições de possibilidade de produção de conhecimento por parte das mulheres é pensar nas relações de poder que envolvem essa prática certamente condicionada pelo gênero enquanto categoria analítica (Scott, 1995).

Um Teto Todo Seu para historiadoras: algumas discussões

O fazer História, por outro lado, é uma criação que remonta à época da invenção da escrita na Antiga Mesopotâmia. Da época dos reis da Antiga Suméria em diante, os historiadores, fossem sacerdotes, servos reais, escribas, clérigos ou alguma classe de intelectuais com instrução universitária, passaram a selecionar os eventos que seriam registrados e a interpretá-los para que tivessem significado e significância. Até o passado mais recente, esses historiadores eram homens, e o que registravam era o que homens haviam feito, vivenciado e considerado significativo. Chamaram isso de História e afirmaram ser ela universal. O que as mulheres fizeram e vivenciaram ficou sem registro, tendo sido negligenciado, bem como a interpretação delas, que foi ignorada. O conhecimento histórico, até pouco tempo atrás, considerava as mulheres irrelevantes para a criação da civilização e secundárias para a atividades definidas como importantes em termos históricos (Lerner, 2019, p. 28).

Partindo das considerações de Lerner, o fazer história remonta à invenção da escrita, assim como, podemos acrescentar, à própria poesia. Tanto a história quanto a poesia e os textos filosóficos e religiosos, por exemplo, faziam parte de um mesmo gênero textual, o poético. A História enquanto disciplina e, principalmente, enquanto ciência, configura-se como escrita própria principalmente a partir do século XIX — embora as

diferenças entre a poesia épica e o texto histórico possam ser identificadas já em Aristóteles.

Desse modo, podemos estabelecer uma relação entre o que Lerner afirma acerca das mulheres na história e o que Woolf afirma sobre as mulheres por meio da ficção e da narrativa histórica: a ausência feminina na produção intelectual, seja literária ou historiográfica, além do apagamento da mulher como sujeito histórico. As mulheres foram privadas por muito tempo da liberdade de sair de suas casas e de ter autonomia tanto intelectual quanto financeira. Isso as excluiu dos registros tanto da literatura quanto da história e da produção de ambas.

Como apontado por Michel de Certeau (1982), a construção do discurso de um historiador está de acordo com o lugar social no qual ele está inserido. Dessa forma, as fontes e narrativas são pesquisadas e lidas de acordo com este lugar social que permite ou não certas pesquisas. Desse modo:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam (Certeau, 1982, p. 66).

Ao longo da história, a produção historiográfica e o lugar social da instituição histórica foram limitadas a um espaço predominantemente masculino, e, assim, a historiografia foi construída a partir de subjetividades patriarcais. Isso se relaciona diretamente com o texto de Woolf. A partir de *Um Teto Todo Seu*, podemos observar como as mulheres foram excluídas do lugar social de produção literária e, por isso, a própria representação feminina foi distorcida, tanto na literatura quanto nos textos considerados científicos, por serem feitas objeto “de pesquisa” pelo olhar masculino.

Nesse sentido, com essa ausência, surgiu um não-lugar social, algo que ocorreu também na historiografia, pois as mulheres foram excluídas desse lugar de produção historiográfica, das narrativas históricas e da memória disciplinar. Para compreender melhor essa relação e o apagamento feminino da escrita histórica, é essencial traçarmos

um panorama da produção historiográfica feminina e analisarmos como o papel das mulheres na história foi sendo construído como presença ausente ao longo do tempo.

Como identificado por Gerda Lerner (2019), a desvantagem educacional universal que mulheres tiveram em relação aos homens foi uma das características que organizou, por séculos, a sociedade e a vivência feminina. Contudo, isso não significa que mulheres nunca se preocuparam em escrever textos históricos – ao contrário, sempre escreveram sua história em diferentes formas; certamente não foram vítimas:

São e sempre foram sujeitos e agentes da história. As mulheres “fizeram história” mesmo sendo impedidas de conhecer a própria História e de interpretar a história, seja a delas mesmas ou a dos homens. Foram excluídas da iniciativa de criar sistemas de símbolos, filosofias, ciências e leis. Elas não apenas vêm sendo privadas de educação ao longo da história em toda sociedade conhecida, mas também excluídas da formação de teorias (Lerner, 2019, p. 29).

Partindo dessa disparidade e da sociedade patriarcal que construiu as instituições de produção do conhecimento, o reconhecimento da autoria feminina foi relegado à lateralização em diversos momentos. Quando a história se consolidou como disciplina no século XIX na Europa, as mulheres também estavam atuando nesse *locus*, porém, em número bem reduzido em relação aos homens. Elas enfrentaram a falta de reconhecimento, a marginalização e outras diversas dificuldades fundadas na desigualdade de gênero. Um dos capítulos do livro *Beyond Their Sex – Learned Women of the European Past* é escrito pela historiadora Natalie Zemon Davis (1928-2023) e reflete sobre esse apagamento. Intitulado “Gender and Genre: Women as Historical Writers, 1400-1820”, o texto de Davis examina a produção de mulheres como Cristina de Pisano (1364-1431), Charlotte Mornay (1548-1606), Lucy Hutchinson (1620-1681), Margareth Cavendish/Duquesa de Newcastle (1623-1673), Marie Geneviève (1720-1805), Catharine Macaulay (1731-1791), Pauline de Lézardière (1754-1835) e Madame Staël (1766-1817). Todas elas tiveram trabalhos que poderiam ter enriquecido os estudos históricos se tivessem sido reconhecidos, possivelmente tornando-as cânones da produção histórica. A historiadora Gerda Lerner se questiona e analisa essa discussão:

Por que nenhuma mulher construiu um sistema? Por que não existiu uma Kant, uma Marx, uma Freud? Por que não existiram grandes inovadoras intelectuais? Acredito que tais mulheres tenham existido e não as respeitamos o suficiente na narrativa do passado. [...] mulheres de grande talento foram impedidas de concretizar por completo esses

talentos em razão das restrições impostas pelo patriarcado (Lerner, 2022, p. 38).

O que se marca é que, de fato, existiram mulheres ao longo da história que produziram materiais extremamente úteis e importantes para diversos estudos, mas que a historiografia oficial nunca as divulgou da mesma forma que fez com os cânones masculinos: “[d]e Cristina de Pisano até Madame Stael, nós vimos algumas mulheres experimentarem vários gêneros da escrita histórica, da história doméstica até a história nacional, da biografia e memoriais até história filosófica” (Davis, 1984, p. 173, tradução nossa)¹. Seus escritos eram muitas vezes considerados “amadores”, discussão analisada por Bonnie G. Smith em *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica* (2003):

Analiso a condição amadora das mulheres não apenas porque seu trabalho tornou-se sinônimo de "amadorismo", mas também porque a relação entre a mulher amadora e a profissionalização está muito pouco clara, inexplorada até, embora a questão histórica - "o passado" - seja similar para, escritores homens e mulheres. Por exemplo, se considerarmos que a história escrita amadora é mais antiga do que a profissional, a prática das mulheres seria mais autêntica e natural, precedendo a criação da história científica, com suas copiosas regras e procedimentos? (Smith, 2003, p. 24).

Ao contrário da forma como foi analisada pela historiografia por algum tempo, essa escrita “amadora” não é aqui entendida como algo inferior, mas como evidência de que a mulher não estava inserida no meio de produção da história por um processo de marginalização e apagamento em um lugar social que possibilitava apenas uma disciplina masculinizada, fazendo com que essas mulheres buscassem outros meios alternativos para escrever história.

Essa dominação masculina na historiografia marca o apagamento das narrativas femininas. Foram eles que formularam as regras e organizaram as sociedades. No campo da história e sua organização, abordagens e métodos, não foi diferente. Quando a história começa a ser delimitada como disciplina acadêmica e organizada como tal no século XIX, são esses homens que definem os principais paradigmas e suas narrativas históricas. O positivismo pode ser mobilizado como um exemplo disso, por seu caráter de busca por

¹ No original: “From Christine de Pisan to Madame de Stael, we have seen some women try their hand at varied genres of historical writing, from the domestic history to the national history, from the biography and memoir to philosophical history” (Davis, 1984, p. 173).

verdades absolutas, leis gerais, ideais científicistas e conservadores, e, principalmente, discursos enraizados em estereótipos de gênero que refletiam a sociedade patriarcal da época. Além dele, o historicismo, que se firma um pouco depois como oposição ao paradigma anterior, também se constitui como conservador, voltado para os interesses dos grandes Estados que financiavam os projetos de escrita da história (Barros, 2011), nos quais representavam as relações políticas que giravam em torno de figuras masculinas, mencionando quase nenhuma atividade das mulheres.

O materialismo histórico também surge trazendo novas narrativas e discussões. Engels, reconhece a opressão sofrida pelas mulheres ao afirmar que “a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo masculino” (Engels, 2019, p. 73). Certamente, esta abordagem foi de grande influência para a própria consolidação das discussões de gênero ao longo dos anos (Scott, 1995), no entanto, assim como nos outros paradigmas, as mulheres continuavam ausentes do cânone da produção historiográfica e demoraram a ser reconhecidas.

É possível perceber como o século XIX, marcado por grandes e novas produções intelectuais, continuou a ignorar as produções femininas, especialmente na historiografia. Isso pode ser explicado justamente pelo contexto histórico que impossibilitaria essa flexão de gênero que define um historiador enquanto homem (Oliveira, 2018). Desse modo:

Naquele contexto, para usarmos a chave explicativa historicista, ser historiadora implicaria uma flexão de gênero impossível, pois, excluídas do exercício da cidadania e do corpo político da nação, as mulheres estariam destituídas do próprio ethos que definia o historiador oitocentista (TURIN 2009), ou seja, dos atributos mínimos para a escrita da história. Acrescente-se a isso o fato de que a produção letrada de autoria feminina, mesmo aquela dotada de relativo reconhecimento entre os pares masculinos, era previamente demarcada por um tipo de recepção que a situava às margens dos cânones literário e historiográfico. Estariam lançadas aí, portanto, as bases de um apagamento duradouro que contribuiu para a naturalização da ideia de que as mulheres não produziam historiografia “profissional” ou qualquer outro gênero similar que pudesse ser reconhecido como relevante (SMITH 2003, p. 23-25) (Oliveira, 2018, p. 119).

Essa argumentação corrobora o apontamento de Virginia Woolf sobre a escrita feminina, pois, “[m]esmo no século XIX, a mulher não era encorajada a ser artista. Pelo contrário, era desprezada, estapeada, repreendida e aconselhada” (Woolf, 2014, p. 81).

Ou também, como apontado por Joan Scott (1995, p. 85): “[a]s preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise só apareceram no final do século XX. Elas estão ausentes na maior parte das teorias sociais formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX”.

O “teto todo seu” na historiografia começou a ser erguido no século XX com o movimento feminista e com as mudanças nos paradigmas historiográficos, que podem ser identificados como posteriores à Escola dos Annales – marcada por uma “rejeição total da historiografia dominante, dita positivista” (Dosse, 1992, p. 24) e voltada para uma análise nos campos econômicos e sociais, juntamente ao diálogo interdisciplinar, a história-problema, a geo-história, o estudo das mentalidades (Dosse, 1992), entre outros aspectos que iriam se desenrolar ao longo das três gerações dos Annales. Nesse contexto, historiadoras como Lucie Varga (1904-1941) e Therese Sclafert (1876-1959) contribuíram com os Annales em alguns momentos, mostrando-se figuras importantes para a revista, mas, mesmo assim, durante muito tempo, foram relegadas ao desconhecimento, ignoradas e excluídas da história. Além delas, Suzanne Febvre e Simone Vidal Bloch se mostraram contribuintes na organização dos Annales, mas, assim como as outras, foram apagadas. No caso de Simone Bloch:

Davis assinala que o time interdisciplinar da primeira geração dos Annales era uma “confraria de irmãos franceses” composta por editores homens. A principal exceção no grupo dos fundadores era Simone Vidal Bloch, esposa de Bloch, que atuava como secretária assistente e revisora de todos os seus manuscritos e cujo trabalho nunca foi reconhecido ou sequer mencionado pelo autor de *Apologia à História* (DAVIS 1988, p. 23). A biógrafa de Bloch, Carole Fink, chega a mencionar uma quantidade abundante de notas de pesquisa, todas manuscritas por Simone Bloch (DAVIS 1988) (Oliveira, 2018, p. 125).

A partir da segunda metade do século XX, as mulheres começaram a ganhar mais visibilidade como agentes da produção historiográfica. Motivados principalmente pelos movimentos feministas, esses estudos abriram caminho tanto para o reconhecimento de uma historiografia das mulheres, quanto para a construção do campo de estudos da História das Mulheres, ou da formulação teórica da categoria de gênero (Scott, 1995) que veio a se consolidar durante a segunda metade do século. Desse modo, não apenas a participação feminina tornou-se presente, mas também o questionamento dos paradigmas tradicionais da história e como ela foi construída.

Além disso, ao analisarmos historicamente o processo educacional feminino, vemos como ele reflete diretamente na produção feminina, visto que as mulheres não tiveram acesso às escolas e universidades nem à independência financeira (Lerner, 2022), o que as impediu de atuar como produtoras de conhecimento histórico. A ausência de um “*teto todo seu*” para as mulheres historiadoras vai muito além das questões financeiras e espaciais, como afirmado por Natalie Zemon Davis (1984); elas perpassam questões que envolvem o acesso às fontes e a inserção na vida pública, aos métodos da escrita histórica e a própria necessidade dos pares de levarem a sério seu trabalho (Davis, 1984). Como afirmado pela autora:

Ela precisa, antes de tudo, de algum acesso a materiais sobre o seu tema, sejam escritos, impressos ou orais; e precisa de vida pública suficiente para poder ir perguntar às pessoas ou observar intrigas, conflitos e debates. Ela pode precisar viajar para encontrar manuscritos ou para ver monumentos, ruínas e inscrições [...] Em segundo lugar, a historiadora precisa de acesso aos gêneros de escrita histórica, às regras para organizar e expressar o material histórico [...] Em terceiro lugar, e especialmente importante, ela precisa de um senso de conexão, por meio de alguma atividade ou preocupação profunda sua, com as áreas da vida pública então consideradas adequadas para a escrita histórica — a saber, a política e a religiosa. E, além disso, ela deseja ter um público que leve a sério suas publicações sobre esses tópicos (Davis, 1984, p. 154-155).²

A relação de *Um Teto Todo Seu* (2014) com a historiografia das mulheres se encontra justamente na busca por visibilidade para a escrita feminina, que foi apagada das narrativas oficiais tanto na historiografia quanto na literatura. No livro, Woolf argumenta que, para uma mulher criar — seja na literatura ou em qualquer outra forma de arte — ela precisa de independência financeira e um espaço privado para pensar e escrever. Esse conceito pode ser facilmente estendido ao campo da história. As historiadoras também precisaram conquistar autonomia para acessar o conhecimento e produzir suas obras. Além disso, a própria Woolf demonstra que o conhecimento histórico é fundamental para

² No original: She needs first of all some access to materials about her subject, written, printed, or oral; and she needs enough public life to be able to go and ask people questions or to observe intrigue, conflict, and debate. She might need to travel to find manuscripts or to see monuments, ruins, and inscriptions [...] Second, the historian needs access to the genres of historical writing, to the rules for ordering and expressing historical material [...] third, and especially important, she needs a sense of connection, through some activity or deep concern of her own, with the areas of public life then considered suitable for historical writing — namely, the political and the religious. And furthermore she wants to have an audience who will take seriously her publications on these topics (Davis, 1984, p. 154-155).

pensar a condição feminina, imaginar e construir as possibilidades de sua atuação social, política e intelectual-artística, pois se apenas a perspectiva masculina “inventa” o passado, ou se as fontes e referências a que recorremos são produzidas nesta mesma perspectiva, são essas mesmas possibilidades de ação que se enfraquecem.

A partir disso, o paralelo entre a obra de Virginia Woolf e a produção historiográfica feminina é evidenciada: tanto na literatura quanto na história, as mulheres precisaram — e ainda precisam — conquistar espaço e serem escutadas para que suas experiências e perspectivas sejam reconhecidas, rompendo com séculos de silenciamento, invisibilidade e exclusão dos cânones literários e historiográficos.

Considerações finais

A metáfora woolfiana da irmã de Shakespeare, gênio submersa no anonimato, ecoa para muito além da literatura, revelando-se uma poderosa chave para decifrar o apagamento feminino na historiografia. A exigência de “quinhentas libras por ano e um teto todo seu” traduz a premissa de que a liberdade intelectual é indissociável da autonomia material — uma condição historicamente negada às mulheres. Ao transpor essa lente crítica para o campo da história, este artigo buscou demonstrar que as bibliotecas, museus e instituições do saber, protegidos por portões masculinos não eram meros depósitos de conhecimento, mas agentes ativos na consolidação de um cânone que silenciou vozes.

A narrativa histórica, assim, foi forjada por séculos como um monólogo masculino sobre um mundo masculino, no qual a experiência feminina era relegada ao “amadorismo” e à irrelevância. No entanto, a contranarrativa que emerge é de resistência ao longo da história, não de passividade. Figuras como Christine de Pizan, Catharine Macaulay e Lucie Varga, entre outras, atravessaram essas barreiras, desafiando o *status quo* e inscrevendo suas perspectivas à margem dos cânones. Suas trajetórias comprovam que a exclusão não significou inexistência, mas uma luta constante.

Um Teto Todo Seu, portanto, se revela também como um convite à ação historiográfica. O estudo e a escrita consolidam-se como as ferramentas essenciais para (re)escrever os lugares de conhecimento e é nesse gesto que a irmã de Shakespeare deixa

de ser um fantasma do passado para se tornar um compromisso ético e político com o futuro. Como a própria Woolf visionou, a poeta morta pode renascer, mas sua vinda depende do nosso trabalho contínuo. Cabe às pesquisadoras e pesquisadores de hoje, munidos dessa consciência, garantir que as oportunidades conquistadas não sejam mais um privilégio, e sim um princípio com a narrativa plural e interseccional, na qual Clio, musa da história, seja a figura que guia este caminho pela liberdade.

Referências bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História: Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BURGUESS, Anthony. *A literatura inglesa*. São Paulo: Ática, 1996.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DAVIS, Natalie Zemon. Gender and genre: Women as historical writers, 1400-1820. In: Labalme, Patricia H. *Beyond their sex: learned women of the european past*. New York and London, New York University Press, 1984.

DAVIS, Natalie Zemon. Women and the World of the “Annales”. *History Workshop*, n. 33, p. 121-137, 1992.

DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX – 1914-1991*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIBLIK, C. S. da F. K. A presença das mulheres na construção do conhecimento histórico. *Revista Feminismos*, [S. l.], v. 2, n. 3, 2015.

LERNER, Gerda. *A criação da consciência feminista*. São Paulo: Cultrix, 2022.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado*. São Paulo: Cultrix, 2019.

OLIVEIRA, M. da G. de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à História da historiografia. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 11, n. 28, 2018.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SMITH, Bonnie G. *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica*. São Paulo: Edusc, 2003.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014.